

Educação e Democracia

Antonio Carlos Will Ludwig¹

Resumo

Este artigo trata das propostas educacionais democráticas. A idéia básica nele defendida é a da compatibilização entre os procedimentos educativos e a prática política. Seu pressuposto é o de que a democratização do ensino pode favorecer a democracia enquanto regime político.

Introdução

Uma das grandes aspirações humanas, sem dúvida alguma, é viver num regime democrático, pois, através dele, cada pessoa pode lutar para alcançar a auto-realização. Essa aspiração vem sendo concretizada por muita gente nos últimos dois séculos, haja vista que nesse período, enquanto a população mundial cresceu seis vezes, o conjunto de indivíduos regidos por instituições democráticas aumentou, aproximadamente duas mil vezes. Hoje mais de dois bilhões de pessoas vivem em países democráticos.²

É sabido que a idéia democrática foi impulsionada pelo modelo norte-americano. Ela desenvolveu-se e atraiu diversos seguidores de maneira constante no decorrer do século passado, embora tenha sofrido um declínio após a primeira guerra mundial, devido ao surgimento de novas concepções políticas consideradas mais promissoras, tais como o nazismo e o fascismo. No entanto, depois da vigência e fracasso dessas formas de governo

ela voltou a seduzir a imaginação das pessoas em todo os recantos do planeta.

O panorama político do momento revela que a Europa Ocidental é inteiramente democrática, o Leste Europeu ensaia seus primeiros passos rumo democracia, toda a América Latina encontra-se democratizada e, muitas ilhas do Pacífico, bem como diversas regiões da Ásia institucionalizaram a democracia. Entretanto tal panorama não indica que este regime político seja de fácil instalação. Muitas nações que surgiram após a Segunda Guerra Mundial, devido o processo de descolonização, não conseguiram fazer prosperar a democracia, embora tenham sido contempladas, em seu nascimento, com constituições democráticas. Isso constitui um atestado das dificuldades que perseguem o sistema de governo em questão.

Face aos obstáculos impeditivos, alguns estudiosos do assunto tendem a afirmar que a consolidação da democracia em países do Terceiro Mundo é extremamente difícil. Segundo eles, existem pré-condições ao funcionamento desse regime político, ou seja, certas atitudes e tradições culturais bastante poderosas. Assim sendo, a ausência desses

1 - Pós-Doutorado em Educação - USP

2 - J. Muravchik, Promovendo a Causa da Democracia, in *Diálogo*, nº 1, vol. 25, 1992, p. 24

atributos concorre para o descrédito na democracia recém-instalada. Conseqüentemente, em pouco tempo, ela tenderá a ser substituída por algum tipo de regime autoritário.

Essa respeitável opinião incita-nos analisar o caso brasileiro. De fato, a história de nosso país revela a da autocracia como forma de governo. O apreço pelo autoritarismo sempre foi pela burguesia nacional, a grande responsável pela permanência práticas antidemocráticas no decorrer do tempo. Cabe lembrar a esse respeito a denominada questão social como caso de política, surgida na década de trinta e os sucessivos golpes praticados pelos militares em benefício da acumulação capitalista. Desde há muito tempo, as manifestações populares vêm sendo cerceadas de diversas maneiras, bem como têm sido negados, às classes dominadas diversos direitos sociais, particularmente o direito à uma educação digna que lhes permita o exercício consciente da cidadania.

Observe-se que no Brasil ocorreram dois períodos de vigência democrática. Um deles foi de 1945 a 1964. Esse intervalo de liberdade política foi bastante frágil, pois assentou-se nas massas populares urbanas que haviam ingressado recentemente no cenário político. A burguesia de então não possuía o entusiasmo necessário para sustentá-lo, conseqüentemente adveio o golpe castrense que instalou por vinte anos os militares no poder. O segundo período iniciou-se em meados da década de oitenta. Nota-se em tal interregno um avanço significativo na organização popular. Assistiu-se à uma proliferação crescente de associações de interesse com participação significativa dos desprivilegiados. Essas associações continuam exprimindo uma reação à crise

de governabilidade, bem como seguem revelando uma profunda desconfiança na eficácia do sistema representativo para a concretização de medidas políticas e processamento de demandas. Por outro lado percebe-se que à classe empresarial não tem visto com bons olhos a expansão dessa ordem pluralista.

A democracia brasileira, em data mais recente, sofreu dois testes bastante fortes. Um deles foi a deposição do presidente Collor. Nesse episódio valeu muito a pressão popular e as manifestações de diversas organizações sociais. Os militares, pela primeira vez na história, manifestaram uma conduta de distanciamento da crise, o que contribuiu bastante para a solução do problema. Outro teste foi o escândalo do orçamento. Apesar dos comentários que surgiram a respeito de uma possível intervenção militar ao estilo de Fujimori, sabe-se que ela não vingou.

Propostas Educacionais Democráticas

Pelo exposto nos parágrafos anteriores pode-se inferir que a democracia brasileira embora incipiente e relativamente frágil, tem demonstrado uma tendência para o enraizamento, tanto no sentido representativo, quanto no sentido pluralista. Quanto a isso, não pode deixar de ser mencionada a contribuição daqueles que se preocupam e se interessam pela solidificação democrática em nosso país. Com efeito, diversos políticos e cientistas sociais têm divulgado propostas destinadas ao aperfeiçoamento dessa forma de governo a fim de que ela expresse cada vez mais a soberania popular.

Muitos educadores, nacionais e estrangeiros, comprometidos ou não com a transformação da sociedade também têm apresentado propostas

de ensino compatíveis com o regime democrático. Uma das sugestões que tem aparecido bastante no debate educacional do momento diz respeito à democratização do ensino. Pode-se afirmar que grande parte dos educadores que militam em todos os níveis de ensino, bem como dirigentes escolares, líderes de associações educativas e pesquisadores acham-se envolvidos com o tema da democratização do ensino.

As propostas de democratização do ensino são várias. O denominador comum entre elas diz respeito à compatibilidade das mesmas em relação à democracia enquanto regime político. Dentre as diversas propostas existentes podemos citar a de Rogers, a qual é centrada no princípio da não-diretividade.³ Segundo ele, as escolas precisam abandonar a ênfase colocada na aprendizagem mecânica por parte dos alunos, uma vez que ela representa, claramente, o autoritarismo pedagógico. A aprendizagem significativa, caracterizada por um envolvimento pessoal, auto-iniciativa e auto-avaliação deve substituir a aprendizagem mecânica, porquanto além de ser mais eficaz retrata a democracia pedagógica.

Para levar adiante a aprendizagem significativa o professor deve atuar como facilitador dessa aprendizagem. Essa forma de atuação, por sua vez, exige que o docente manifeste certas reações como a de ajudar a trazer à tona e a elucidar tanto os propósitos individuais, na classe, quanto os mais gerais, do grupo; considerar-se a si mesmo como recurso flexível a ser utilizado pelo grupo e exprimir suas opiniões como as de um entre outros indivíduos.

À metodologia não diretiva leva em conta certas regras. Dentre elas destaca-se a de que o professor deve obter de seus alunos informações sobre problemas ou temas relevantes; promover a mais variada espécie de recursos capazes de proporcionar aos alunos uma aprendizagem experiencial condizente às suas necessidades e usar contratos de trabalho, expediente que confere segurança e responsabilidade ao aluno numa atmosfera de liberdade. Essa proposta pedagógica de Rogers não é apenas teórica pois que ele a aplicou várias vezes em seus cursos.

Outra experiência de democracia pedagógica foi implantada por Neill em Summerhill.⁴ Ela baseou-se, na capacidade do aluno em governar-se a si próprio. O princípio da autonomia, praticado de modo freqüente, orientava toda a vida escolar. Todas as questões eram resolvidas por votação nas Assembléias Gerais da escola, sendo que cada membro do corpo docente e cada criança, independente da idade, apresentava seu voto, e o de Neill pesava tanto quanto o de um garoto de sete anos.

As regras internas, reguladoras da conduta discente, elaboradas pelos próprios alunos se caracteriza por um peso valorativo muito bom, tais como a proibição de tomar banho de mar sem supervisão de um salva-vidas e subir em telhados. A determinação de horário de dormir e o cancelamento de aulas em determinados dias, também são decididas pelo simples levantar das mãos na Assembléia Geral da escola. Os castigos ou penalidades dizem respeito apenas a multas, desacompanhadas do verbalismo moralizante.

³ -As idéias de C. A. Rogers aqui mencionadas encontram-se em sua obra intitulada *Liberdade Para Aprender*, Interlivros, B. Horizonte, 1975.

⁴ - As idéias de A. S. Neill aqui mencionadas encontram-se em sua obra intitulada *Liberdade Sem Medo*, Ibrasa, S. Paulo, 1968.

Uma proposta de educação democrática é defendida por Lobrot e leva o título de pedagogia institucional.⁵ Ela apoia-se em dois princípios: o da não-diretividade e o da autogestão. O primeiro indica que o professor deve deixar de lado suas prerrogativas acadêmicas, seus direitos, para que os alunos estudem e se organizem por conta própria. Essa renúncia do exercício do poder sobre o grupo de educandos, ou a não imposição de uma sujeição faz com que o professor coloque-se em disponibilidade, oferecendo aos alunos seus préstimos, meios e capacidades.

O princípio da autogestão consiste em colocar nas mãos dos alunos tudo o que é possível, ou seja, os tipos de atividades e a organização do trabalho pedagógico. Não só os alunos podem trabalhar ou não, senão, ademais, podem decidir por si mesmos suas relações "aqui e agora", suas atividades comuns, a organização de seu trabalho e os objetivos que pretendem perseguir.

À concepção democrática de educação adotada por Piaget baseia-se na defesa do direito à educação para todos os indivíduos da sociedade.⁶ Esse direito não vale apenas para a criança que já sofreu influências do ambiente familiar e que encontra-se pronta para adquirir conformismo social. Não se pode formar personalidades autônomas no domínio moral se o indivíduo é submetido a um constrangimento intelectual de tal ordem que tenha de se limitar a aprender por imposição, sem descobrir por si responsabilidades, exige seus direitos e mantém com os demais uma relação de reciprocidade, dentro

de um contexto firmemente baseado no princípio da transparência.

Paulo Freire tem uma proposta democrática bastante original.⁷ Sua concepção enfatiza a importância de uma postura não ingênua perante os acontecimentos e a necessidade de uma educação dialogal e ativa, orientada para a responsabilidade social e política caracterizada pela profundidade na interpretação dos problemas e livre de explorações mágicas.

De acordo com ele, uma educação voltada para a democracia deve possibilitar ao homem a discussão valente de sua problemática, de sua inserção nessa problemática, que o advirta dos perigos de seu tempo para que, consciente deles, ganhe a força e o valor para lutar, em lugar de ser arrastado à perdição de seu próprio eu submetido às prescrições alheias. Educação que o coloque em diálogo constante com o outro, que o predisponha a constantes revisões, a análises críticas de seus descobrimentos, a uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão, que o identifique com os métodos e processos científicos. Frente à uma sociedade dinâmica, não é possível admitir uma educação que leve o homem a posições quietistas.

Considera Freire que os regimes democráticos se nutrem da mudança, são flexíveis e inquietos e por isso mesmo exigem do homem tais características. Assim sendo a educação tem que ser, antes de tudo, um

⁵ - As idéias de M. Lobrot aqui mencionadas encontram-se em sua obra intitulada *Pedagogia Institucional*, Editorial Humanitas, B. Aires.

⁶ - As idéias de J. Piaget aqui mencionadas encontram-se em sua obra intitulada *Para Onde Vai a Educação*, José Olympio Editora, R. Janeiro, 1988.

⁷ - As idéias de P. Freire aqui mencionadas encontram-se em suas obras intituladas *La Educación Como Prática de La Libertad*, Siglo Veintiuno, México, 1974 e *Pedagogia da Esperança*, Paz e Terra, S. Paulo, 1994.

intento constante de mudar de atitude, de substituir hábitos antigos de passividade por novos hábitos de participação e ingerência requeridos pelo contexto de transitividade.

Freire realça que, tanto a escolha dos conteúdos quanto a maneira de tratá-los junto aos alunos deve resultar de uma decisão conjunta entre discentes, seus pais, professores, funcionários e especialistas do ensino. Segundo ele, os educadores não devem esperar que a sociedade mais ampla se democratize primeiro para em seguida democratizarem os conteúdos. Ao seu ver, os profissionais da educação não podem ser autoritários hoje e democratas amanhã.

A proposta de socialização do saber escolar defendida por diversos educadores,⁸ coloca em relevo a necessidade de distribuição do conhecimento à totalidade daqueles que estão aptos a recebê-lo e que deve ser efetivamente assimilado por todos. O conhecimento em questão diz respeito àquele que pertence ao acervo cultural dos grupos dominantes da sociedade, pois a detenção desse conhecimento é de fundamental importância às classes subordinadas, uma vez que, do ângulo político, aqueles que não o possuem de fato, constituem uma massa manobrável, o que facilita o processo de dominação. Nesse sentido, a posse desse conhecimento é por demais relevante tendo em vista a implementação de ações que visem alterar as condições de existência.

Em tal perspectiva a prática educativa enquanto parte integrante da prática social global é um local de luta por mudanças profundas na sociedade que tende a manter-se injusta. Assim sendo, alguns aspectos dessa transformação, que fazem parte do processo de transmissão e assimilação do saber elaborado, já se efetivam nesse processo. Considerando-se os limites de sua especificidade eles já acontecem na própria prática educativa. O processo de transmitir e assimilar o conhecimento elaborado, dependendo de como for relacionada sua forma com o respectivo conteúdo provoca, no desenrolar desse processo, a assimilação de sua postura política por parte do educando e, obviamente, também pelo educador, mesmo que ela não tenha sido conscientemente percebida ou clarificada. A geração de efeitos já no interior da sala de aula, é, portanto, um fato notório.

Algumas Críticas

As propostas democráticas de ensino aqui apresentadas podem ser agrupadas de duas maneiras: aquelas que enfatizam a democratização circunscrita ao ambiente escolar e aquelas que o ressaltam, porém, tendo em vista a participação do educando na sociedade a que ele pertence. Essa divisão não deve ser encarada, no entanto, sob o ângulo exclusivista e sim pelo ângulo da predominância uma vez que seria muita pretensão de nossa parte enquadrar precisamente os autores abordados.

De qualquer maneira, pode-se inferir que os modelos democráticos considerados são unânimes em não aceitar as práticas

* - Dentre os defensores dessa proposta podem ser citados D. Saviani, *Escola e Democracia*, Cortez Editora, S. Paulo, 1985 e B. Oliveira, *Socialização do Saber Escolar*, Cortez Editora, S. Paulo, 1985.

autoritárias que visam submeter o aluno. Enfatizam, ao contrário, sua autonomia e participação. É possível concluir, a esse respeito que uma educação menos repressiva seja capaz de imprimir reformas importantes no todo social. O movimento da escola livre pode se transformar em uma poderosa força progressista, observando, no entanto, que deve ser rechaçado qualquer conceito de que as escolas são independentes da sociedade. Uma educação liberada tenderá a produzir pessoas desadaptadas em termos ocupacionais, porquanto o ambiente de trabalho ainda está requerendo pessoas relativamente dóceis, qualidade adquirida ou reforçada nos bancos escolares autoritários.

É preciso ter em mente que as condutas produzidas pelas escolas democráticas podem ser assimiladas pelo capitalismo avançado, pois é sabido que empresas mais modernas estão valorizando, dentro de certos limites, a criatividade, a iniciativa e a cooperação manifestadas por seus funcionários, ou melhor, por uma minoria importante de trabalhadores. Visto dessa forma, tem-se que, a ideologia da libertação educativa pode tornar-se uma forte aliada do processo de dominação.

Apesar dessa possibilidade, acredita-se que o movimento pela democratização escolar tem um potencial reformista, considerável, haja vista que os alunos que frequentam escolas livres delas saem conscientes de que o princípio da hierarquia formal e rígida, que sustenta a organização social não é o único, nem o melhor, para garantir as relações humanas produtivas. A ética antiautoritária por

si mesma, não pode ser considerada, entretanto, como a base de uma política revolucionária. Para ser um instrumento efetivo de libertação humana, as escolas livres devem criar, não apenas um oásis privilegiado de liberdade temporal, mas aproveitar esse espaço para proporcionar aos alunos uma compreensão adequada do fenômeno da opressão bem como das formas de lutar contra ela na sociedade capitalista.

Os argumentos apresentados aqui têm incidido no espaço escolar, não se quer com isso passar a idéia de que a escola, em si mesma, teria o poder de alterar profundamente a sociedade. Isto significa que não se pode exigir que a escola se democratize enquanto os demais setores e membros da sociedade não estiverem participando dos processos de decisão nas esferas política, econômica e cultural. Por deficiência do sistema representativo a população brasileira, na atualidade, vem se organizando de diversas maneiras, e através das várias associações está atuando no sentido da concretização de determinados objetivos, instaurando, na prática social, o pluralismo político. É um momento estratégico, portanto, para se lutar pela implementação da democracia nas escolas. O avanço da democracia política tende a valorizar a democracia pedagógica, e esta, por sua vez, pode colaborar para o enraizamento da democracia política.

Alguns estudiosos de tema em questão têm feito ponderações que devem ser levadas em conta. Guiomar de Mello,⁹ por exem-

⁹ - Essas críticas feitas por G. N. de Mello encontram-se em sua obra *Educação e Transição Democrática*. Cortez Editora, S. Paulo, 1985.

plo, relativiza o poder da escola democrática em provocar mudanças profundas na sociedade, principalmente aquelas relacionadas à estrutura de classes. No entanto considera que a escola básica pode ser um dos espaços para a ação que se proponha a tornar mais igualitária as relações sociais. Porém, se o ensino básico for de difícil acesso, seletivo e excludente a democracia praticada dentro da escola será um mero exercício entre privilegiados, importante e necessário, mas não suficiente.

Saviani,¹⁰ por sua vez, considera que o processo educativo só pode ser caracterizado como democrático levando-se em conta o princípio básico da democracia como possibilidade no ponto de partida e como realidade no ponto de chegada. Esse ângulo de abordagem por ele defendido justifica a crítica que fez ao movimento da escola nova. Segundo ele a pedagogia escolanovista favoreceu apenas as elites, pois o operariado não teve oportunidade de vivenciar os procedimentos democráticos usados no interior das escolas, principalmente os trabalhos em grupo ali realizados.

Jose Azanha¹¹ afirma que a prática da liberdade dentro da escola não é condição suficiente para a formação de personalidades aptas à prática da liberdade política, mesmo porque a constante manifestação da permissividade pode gerar nos indivíduos atitudes conformistas. Logo, não há garantias de

que a prática da liberdade contribua para o desenvolvimento de personalidades livres e autônomas. Diz ele que a concretização da democracia no interior da escola não é suficientemente capaz para construir uma sociedade democrática que se caracteriza por uma reunião de homens livres. A democracia se refere à uma situação política, social e econômica que não se concretiza pela simples associação de indivíduos democráticos. Move a democracia um jogo de forças e interesses que não podem ser reproduzidas no contexto escolar. Cita, também, o fato de que desde a antiga Grécia até nossos dias, a emergência histórica dos regimes democráticos nunca foi precedida de esforços democratizantes na esfera do ensino.

Além dessas críticas, é importante estar alerta, também, quanto à possibilidade de a prática pedagógica democrática transformar-se num exercício do democratismo,¹² caracterizado pela força operacional de certas palavras, tais como participação, diálogo, liberdade, etc, cujo emprego pode servir à manutenção do poder vigente e pela recusa de se usar em determinadas situações, procedimentos considerados impositivos. É preciso limitar a postura idealista assumida por muitos educadores quanto à pureza da democracia. Realmente se faz necessário desmistificar a concepção de que a democracia está totalmente isenta de constrangimentos. A educação tradicional, através do método expositivo foi capaz de disseminar conteúdos programáticos a muita gente, embora tal

¹⁰ - Essas críticas feitas por D. Saviani encontram-se em sua obra *Escola e Democracia*, Cortez Editora, S. Paulo, 1985.

¹¹ - Essas críticas feitas por J. Azanha encontram-se em seu artigo *Democratização do Ensino: Vicissitudes da Idéia no Ensino Paulista*, in *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, nº 30, set/79.

¹² - Em relação ao exercício do democratismo na educação pode ser consultada a obra de B. Oliveira denominada *O Democratismo*

método, centrado na figura do professor, pode fazer que o aluno apenas ouça e execute as tarefas planejadas pelo docente.

O democratismo aplicado à prática pedagógica coloca a exigência de que o professor não utilize expedientes diretivos tais como dividir tarefas, determinar objetivos e selecionar meios para atingi-lo. Ao basear-se na idéia de que o aluno tem que sentir-se em plena liberdade na sala de aula, o democratismo tende a provocar reações indesejáveis. A possibilidade de determinados alunos permanecerem improdutivos ou abandonarem os trabalhos em grupo é muito grande e constituem exemplos ilustrativos.

Apesar dos comentários negativos incidentes nas propostas que enfatizam o exercício da liberdade e da participação por parte do aluno, nota-se que nenhum dos estudiosos do assunto que sustentam críticas à pedagogia democrática condena sua implementação nas escolas. Ao contrário, embora façam algumas ressalvas, consideram importante o emprego da democracia na educação, devido aos efeitos que provocam nos discentes: desenvolvimento do espírito crítico, inconformismo, experiência de mudança, postura de sujeito, cooperação, responsabilidade, enfrentamento de conflitos, e convivência com a incerteza, requisitos imprescindíveis para atuarem na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Está claro, portanto, que o emprego da democracia nas escolas tem que priorizar a articulação do trabalho pedagógico com a

prática social global. Adianta pouco utilizar expedientes democráticos no processo educativo se a escola permanecer enclausurada em si mesma. É preciso portanto, relacionar as atividades de ensino com a vigência da democracia no país.

Cabe realçar que a concretização da democracia no interior da escola, de acordo com seu verdadeiro sentido, não deve produzir efeitos negativos importantes, pois sua prática exige comprometimento, engajamento, opção e disciplina, tanto por parte do professor quanto do aluno e demais membros da organização escolar. Tais posturas como diz Gadotti,¹³ são exigências da radicalidade democrática. As propostas aqui apresentadas, com maior ou menor ênfase enquadram-se dentro de tais exigências e não se confundem, em hipótese alguma com as idéias de permissividade e licenciosidade que normalmente habitam a mente de muitos educadores.

A Teoria Política

As propostas educacionais examinadas anteriormente permitem vislumbrar a democracia do ensino sob três aspectos. Um deles diz respeito ao direito à educação, o qual exige que os estabelecimentos escolares ofereçam um número de vagas proporcional às necessidades da comunidade onde ela se insere. O Estado, nesse caso, deve ser o responsável pelo oferecimento de uma escola gratuita e comum a todos aqueles que queiram frequentá-la, independentemente da idade que possuam. Outro refere-se à socialização

na Prática Educativa com Adultos, in Revista da Associação Nacional de Educação, ano 5, nº 10, 1986.

¹³ - M. Gadotti, Pensamento Pedagógico Brasileiro, Editora Ática, S. Paulo, 1987, p. 128.

do saber escolar, o que requer uma escola altamente competente para fazer com que todos os alunos, assimilem, de fato, os conhecimentos previsto nas matérias da grade curricular. O terceiro aspecto aplica-se à gestão do empreendimento pedagógico. Tal gestão implica a participação de professores, alunos, funcionários, supervisores, diretores e membros da comunidade no processo decisório.

Como já foi visto, há educadores que defendem um desses aspectos em seus estudos ou práticas de ensino. Ao nosso ver, essas propostas não são excludentes e sim complementares. Consideramos que a aplicação das três, ao mesmo tempo, constituiria uma situação ideal. Evidenciaria, sem dúvida alguma, um salto qualitativo, uma mudança profunda na sociedade. Este cenário político, apesar de utópico, pode e deve constituir-se em uma bandeira de luta de todos aqueles que se preocupam e pugnam pela transformação da sociedade de modo a torná-la cada vez mais justa, igualitária e solidária.

Embora as três proposições em pauta mereçam atenção e dedicação enquanto linhas de pesquisas ou metas a serem alcançadas através de empenhos específicos, interassanos, nesse artigo, a proposta da gestão participativa no empreendimento pedagógico. Ela se coaduna com os interesses e preferências ideológicas norteadoras do nosso modo de pensar e agir. Também se encaixa no quadro teórico de referência que vimos adotando em nossa pesquisa há um certo tempo. Acrescente-se o fato de que

as justificativas dessa escolha já foram evidenciadas na seção precedente quando expusemos as críticas relativas à proposta por nós abraçada.

Quanto ao referencial teórico adotado, temos a dizer que ele se apoia em alguns estudiosos das questões sociais, cujas idéias políticas são semelhantes. Um desses estudiosos é Norberto Bobbio. Interessa-nos da obra desse autor, as distinções que faz a respeito da democracia representativa versus democracia direta.¹⁴ Segundo ele a democracia direta é a única verdadeira, tendo jamais desaparecido como ideal, e, apesar da consolidação da democracia representativa na atualidade esta não impediu o retorno à democracia direta.

Outra distinção faz referência às democracias política e social.¹⁵ De acordo com seu modo de pensar, o desenvolvimento da democracia, hoje, está menos centrado na substituição da forma representativa pela direta, o que ele denomina de democracia política, e mais voltado para o que chama de democracia social. Tal desenvolvimento indica uma passagem da esfera em que o indivíduo é considerado como cidadão para a esfera onde o indivíduo é considerado na multiplicidade de seus papéis: pai e filho, empresário e trabalhador, médico e doente, oficial e soldado, professor e aluno, etc.. Assim sendo, a democracia deve ocupar determinados espaços até então dominados

¹⁴ - N. Bobbio, *Estado Governo Sociedade*, 2ª ed., Paz e Terra, R. Janeiro, 1985, ps. 152 a 155.

¹⁵ - N. Bobbio, *Estado Governo Sociedade*, 2ª ed., Paz e Terra, R. Janeiro, 1985, ps. 155 a 157.

por estabelecimentos hierarquizados e burocráticos.

Segundo Bobbio, pode existir um Estado democrático no interior de uma sociedade, cuja maioria das instituições não são gerenciadas de maneira democrática. Daí o questionamento precedente que faz quanto à possibilidade de sobrevivência de um Estado democrático numa sociedade não democrática. Ao seu ver a democracia política é imprescindível para que um povo não seja dirigido de forma despótica. Entretanto, assevera que o indicador do desenvolvimento democrático de um país deve levar em conta não apenas o número de pessoas que votam, mas principalmente a quantidade de instâncias diversas daquelas tradicionalmente políticas onde é exercido o direito de voto.

O filósofo Jürgen Habermas¹⁶ em um de seus escritos, onde faz um levantamento das revoluções ocorridas no final da década de oitenta, bem como das teorias que tentavam explicá-las, detém-se em um ponto importante relativo às reformas do sistema econômico, em particular do denominado "Welfare State". Nesse trecho de seu trabalho ele afirma que as sociedades modernas satisfazem as suas necessidades de trabalho diretivo através de três elementos que são: o dinheiro, o poder e a solidariedade. Destaca, entretanto, a necessidade de o poder social-integrativo da solidariedade manter-se firme diante dos outros poderes.

¹⁶ - As idéias de J. Habermas aqui mencionadas encontram-se em seu artigo denominado "A Revolução e a Necessidade de Revisão na Esquerda. O que Significa Socialismo Hoje?", in "Depois da Queda", Editora Paz e Terra, R. Janeiro, 1992; e em sua obra intitulada "Consciência Moral e Agir Comunicativo", Edições Tempo Brasileiro, R. Janeiro, 1989.

Logo a seguir Habermas fala da atual sociedade cuja característica principal é a segmentação, que se revela pela presença de um lado de cidadãos e do outro de mendigos e desabrigados, que residem em guetos e espaços abandonados. Face a tal cenário ele conclui que os desafios do próximo século exigirão soluções que dificilmente poderão ser encontradas e concretizadas sem a exigência de uma vontade democrática radical, generalizadora de interesses. Propõe também, que caberá aos interessados da causa socialista lutar pela realização dessa vontade que terá o poder de evitar o ressecamento do estado de direito democrático.

Apesar de Habermas não tocar na questão educativa, nesse artigo, pode-se deduzir, a partir de suas colocações, a importância das instituições escolares enquanto locais destinados a desenvolver nas pessoas essa vontade democrática generalizadora de interesses.

Quanto a isso, temos como certo que, sua "Teoria da Ação Comunicativa" traz uma importante contribuição. Com efeito, o conceito de "ação comunicativa", ou a busca do entendimento mútuo pelos sujeitos em interação, ao nosso ver, revela-se essencial para se pensar e empreender esforços na construção de uma escola e de uma sociedade democráticas.

Um eminente cientista político norte-americano, Robert Dahl,¹⁷ também oferece uma contribuição teórica relevante, embora

¹⁷ - As idéias de R. A. Dahl aqui mencionadas encontram-se em sua obra denominada "Um Prefácio à Democracia Econômica", Jorge Zahar Editor, R. Janeiro, 1990.

suas idéias girem em torno das relações entre a economia e a política, ou mais especificamente entre a existência da propriedade privada, geradora da desigualdade de recursos e a desigualdade política que permeia os cidadãos. Sua proposta central é a de extensão dos princípios democráticos à ordem econômica.

Defensor ferrenho do direito à democracia dentro das empresas Dahl apresenta casos que comprovam a eficiência da autogestão empresarial. Segundo ele, as organizações autogeridas têm o poder de estimular mais a poupança, os investimentos e o crescimento que as empresas sustentadas por ações. Afirma que há algum tempo na Chrysler Corporation e na Rath Packing Company, os empregados fizeram importantes sacrifícios a curto prazo, em salários e benefícios a fim de impedir que essas firmas entrassem em colapso. No início da década de oitenta, quando a economia espanhola estava em recessão, os funcionários da Mondragon, um conjunto de cooperativas, também colocaram dinheiro do próprio bolso para preservar seus empregados e manter equilibrado o balanço da empresa.

De acordo com Dahl se a democracia justifica-se no governo do Estado, ela justifica-se, também, na gestão das empresas, haja vista que as suposições que validam o processo democrático a nível estatal, validam igualmente o processo democrático a nível das empresas. Dahl vai mais longe ao asseverar que os indivíduos de qualquer organização os quais consideram legítimas suposi-

ções do processo democrático possuem o direito de se governarem através de o processo democrático. Tal afirmação indica que a gestão participativa não deve ficar restrita ao âmbito dos estabelecimentos produtivos, e sim generalizar-se para todas as instituições que compõem a sociedade, dentre as quais encontra-se escola.

É interessante registrar o comentário de Dahl a respeito do caráter pedagógico da democracia participativa no local de trabalho. Nesse comentário ele faz referências aos políticos e intelectuais que acreditam de forma veemente na possibilidade da democracia participativa provocar mudanças nas personalidades e condutas humanas. Esses intelectuais e políticos, segundo Dahl, crêem que o exercício democrático no interior das organizações produtivas tende a robustecer nas pessoas o senso de eficácia política, a reduzir a alienação, a gerar uma comunidade solidária, a reforçar os vínculos com o bem geral da comunidade, a debilitar a preponderância do auto-interesse, a produzir pessoas dotadas de espírito público e atuantes nos problemas de governo do próprio Estado. É importante mencionar, também, que essa crença, apesar de não encontrar sustentação empírica completa, possui comprovação relativa, porquanto Dahl apresenta alguns exemplos de democracia no local de trabalho que contribuíram para aumentar a eficácia política e a participação social dos trabalhadores.

Carole Pateman¹⁸ possui algumas idéias parecidas com as de Dahl. Sua preocupação

¹⁸ - As idéias de C. Pateman aqui mencionadas encontram-se em sua obra denominada *Participação e Teoria Democrática*, Paz e Terra, R. Janeiro, 1992.

básica, centra-se na possibilidade de democratização das estruturas de autoridade existentes no setor industrial. Tenta evidenciar também as relações entre a participação no local de trabalho e as outras esferas da vida em sociedade. Deduz-se de seus estudos que as diversas oportunidades de participação proporcionadas ao indivíduo, constituem experiências importantes, pois são capazes de educá-lo enquanto cidadão público. O exercício da participação em situações onde encontra-se inserido, tende a capacitá-lo para opinar e intervir no desempenho de seus representantes a nível nacional.

Vale a pena mencionar aqui alguns estudos relatados por Pateman que mostram a eficácia política da atividade participativa. Certas investigações realizadas em diversos países mostraram que as ações de participação na escola e na família relacionavam-se com uma pontuação bastante alta na escala de competência política. Particularmente, as crianças da classe média eram as que tendiam a mostrar um índice mais elevado nessa escala, porquanto as famílias dessa classe, de modo geral, inclinavam-se para o lado de uma estrutura grupal participativa. Outra pesquisa revelou que as chances de participação no processo decisório incidente no local de trabalho teve uma importância significativa para o desenvolvimento da sensação de eficiência política. Uma investigação semelhante mostrou o efeito cumulativo da participação, ou seja, quanto maior a quantidade de áreas em que o indivíduo participava, mais alta era sua pontuação na escala de eficiência política.

Parece não haver dúvidas, face ao rápido exame das concepções desses estudiosos das questões sociais, que a extensão da democracia para todas as esferas da vida em sociedade constitui um expediente importante para a perenização da democracia enquanto regime da soberania popular. Esse fato é bastante auspicioso, pois acreditamos que os procedimentos democráticos são os mais adequados para se resolver os conflitos, tornar a sociedade mais justa e promover o desenvolvimento da história humana. Assim sendo, cabe à nós, educadores, aplicar os esforços necessários, no sentido de transformar as escolas em instituições democráticas, capazes de forjar, nos alunos, as qualidades necessárias ao funcionamento da democracia.

ABSTRACT

Education And Democracy

This article is about the democratic educational proposals. Its basic idea is the compatibility of educational procedures with political practice. It presupposes that the democratization of education may favor the democracy as political regime.